

O triste fim duma híbrida lei

Quando na fachada da república se ostentavam, ainda húmidas da tinta, as frases mais prometedoras da propaganda dos comícios, o dr. Brito Camacho, primeiro ministro do fomento, com o ar magnânimo de quem faz uma grande dádiva, publicou uma lei sobre greves, regulamentando-as. A essa lei chamou, com sarcástica ironia, a legalização do direito à greve.

O dr. Brito Camacho zombou, friamente, das classes operárias, ainda nesse tempo um pouco iludidas sobre as intenções dos homens que deitaram abaixo a monarquia. Não foi o direito à greve que ele decretou, mas sim a abolição pura e simples dessa espontânea e irreprimível arma de protesto das classes trabalhadoras. Segundo essa famosa lei, nenhum operário poderia declarar-se em greve sem avisar dessa sua intenção os patrões, com uma antecedência de oito dias. Tal medida, se fôsse posta em prática, tornaria impossíveis quasi todas as greves ou convertê-las-hia em irremediáveis derrotas, o que vinha a dar na mesma coisa. E' claro que nunca um operário abandonou o trabalho dentro das prescrições do decreto, nem tampouco nenhum grevista foi perseguido ou preso por desobediência.

A lei do dr. Brito Camacho era híbrida e, portanto, condenada a ter o valor dum simples pedaço de papel impresso que a ninguém provocava uma platinica curiosidade.

Após a revolução, o governo aboliu o direito à greve. Contra o que muitas pessoas de excelente boa-fé supunham, esse decreto não nos causou a menor indignação. Deixou-nos indiferentes, visto que, nada trazendo de bom, também nada contém susceptível de prejudicar os operários.

O decreto aboliu a lei do dr. Brito Camacho, mas como essa lei abolia as greves, a situação em nada se modificou. Que importava a lei se ela nunca conseguiu ter a menor importância? E' claro que nada se lucrou também com a sua anulação.

Ninguém é obrigado a trabalhar para outrem. Se aluga os seus braços é voluntariamente que o faz. Isto é assim, em teoria, está bem de ver, desde que a escravidão foi abolida. E' claro que a realidade desmente a teoria, pois que os detentores das riquezas naturais e dos instrumentos de trabalho coagem os operários, pela necessidade imperiosa de subsistirem, a aceitarem condições de trabalho altamente prejudiciais e vexatórias.

Nenhum patrão pode forçar legalmente os seus operários a permanecerem ao seu serviço, desde que estes resolvam o contrário. Esta voluntariedade, que não foi abolida, nem aqui nem em nenhum país civilizado, nem mesmo em certas regiões africanas, permite ao operário abandonar o trabalho. E o que é a greve se não o abandono do trabalho e, portanto, o caso dum direito que a lei agora abolida do dr. Brito Camacho nem sequer beliscou?

Porque abandonam um operário o trabalho? Fã-lo quasi sempre por não lhe convirem as condições que o patrão lhe impôs. E' inevitável que ele procure fazer com que o patrão se torne menos feroz na sua exploração e se sirva do abandono do trabalho como uma arma para fazer vingar as suas reivindicações. Essa arma tem o nome de greve.

Não está nem nunca poderá estar inscrita em nenhum código, mas existe no coração de todos os explorados, no coração de toda a humanidade. Durará até que a exploração do homem pelo homem, mancha indelével das civilizações modernas e odiosa revivência das escravidões antigas, desapareça da face da terra. Quando as sociedades humanas se libertarem de todas as opressões, as greves deixarão de existir. Hoje, infelizmente, é cedo para as abolir.

São estas considerações que neste momento nos acodem, perante um decreto em que o legislador está decerto convencido de que é tão difícil destruir as realidades sociais como mudar o curso dum rio da foz para a nascente.

A GUERRA NO ORIENTE

As potências do Ocidente sem probabilidades de triunfo

Na actual situação do Extremo Oriente está, porventura, desviada a ameaça de um conflito guerreiro, como alguns dizem, provavelmente, sem o acréditamento?

Para responder a esta grave pergunta, examinemos os diversos factores que influem pró e contra a solução guerreira.

Vejam, em primeiro lugar, as influências que tendem para a guerra das armas: São elas, do lado britânico: a lentidão da inteligência britânica para se adaptar a novas condições; a tendência geral da política britânica, vinculada pelo cunho do conservantismo e da reacção mais intensos; o ódio dos dirigentes capitalistas à Revolução Russa e a toda a revolução de tendências socialistas; o receio de que a perda do prestígio britânico desencadeie perturbações e a revolta na Índia na Birmânia, nos Setentamentos (*). A estes motivos, forçosamente, juntar ainda dois outros factores que são, certamente, os que têm mais influência: os interesses dos industriais cuja indústria floresce em tempo de guerra (metalúrgica, produtos químicos, especialmente); os dos armadores, por causa dos transportes; e, enfim, os dos banqueiros e capitalistas exportadores de capitais.

A indústria pesada em Inglaterra encontra-se em marasmo, como o estava em 1913 e nos primeiros meses de 1914.

A firma Vickers, da direcção do milionário internacional Bazilio Zaharoff, não deu, supomos, dividendo em 1926. A firma Armstrong fez concordata com os seus credores. Numa palavra, há uma crise intensa nos centros metalúrgicos ingleses (Birmingham, Sheffield, Glasgow para construção de navios de guerra, etc.).

Não esqueçamos de que Sir Austen Chamberlain, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, é natural de Birmingham, onde tem fartos interesses.

Uma guerra seria a salvação para estes capitalistas, assim como para os fabricantes de explosivos, gases, aviões, etc., e, ainda, para os exportadores de capitais, fundadores de manufacturas no Extremo Oriente.

Se a República Cantonense triunfar, os salários chineses subirão ao mesmo nível que os salários ingleses; e, nesse caso, será a ruína das indústrias criadas na China e, por consequência, dos capitalistas exportadores. E' preciso impedi-lo, custe o que custar.

Tais são, em poucas palavras, os factores de guerra do lado dos ingleses.

A politica subtil e oportuna da República Soviética

Há também vários factores por parte dos chineses. São:

a) A vontade muito certa e muito firme do Kuo-Ming-Tang de fazer uma China una e indivisível e de estabelecer em toda a China uma República que trate de igual para igual com todas as potências do Ocidente;

b) A influência da extrema esquerda comunista do Kuo-Ming-Tang e do Kuo-Min, que tem por objectivo uma revolução social não sómente na China, mas, também, na Índia, na Indo-China, nas Índias Neerlandesas, etc.;

c) A influência da U. R. S. S. que visa a abater o capitalismo inglês que é a chave da abóboda do capitalismo mundial. Na realidade, a U. R. S. S. tem um enorme interesse na guerra. Tem, como fim, a destruição do capitalismo no mundo; e, como meio, a revolução em toda a parte. Ora, ela sabe, e não o oculta, porque alguns dos seus dirigentes o disseram, que só uma guerra pode desencadear a revolução em certos países. Conforme o declarou recentemente um dos seus comissários, uma guerra traria fatalmente a criação de várias repúblicas soviéticas-socialistas.

Dois outros factores actuam ainda no governo bolchevique para o levar a uma politica de guerra; são eles: a *boycottage* que o capitalismo ocidental exerce a seu respeito e a situação económico-política interior que disso resulta.

Esta situação é bastante penosa sob o ponto de vista económico, e isto reflecte-se sobre a opinião pública na sua maneira de encarar o governo.

Uma guerra *defensiva*—e é óbvio dar esta aparência às guerras mais ofensivas, como o prova o que se passou em França, na Rússia, na Grã-Bretanha em 1914—unificaria totalmente a Rússia para resistir aos ataques capitalistas. O governo bolchevique atribui-se-ia uma popularidade, se é certo que a perdeu, como dizem e o murmuram os seus inimigos.

A influência da U. R. S. S., sobre o Kuo-Ming-Tang deve, pois, actuar realmente no sentido da guerra, quaisquer que possam ser as aparências da politica, porque uma guerra da Grã-Bretanha contra a China revolucionária depressa abrasaria o mundo europeu.

Uma análise atenta aos vários factores da paz

Vejam, agora, os factores pacíficos.

Do lado inglês, encontramos: 1.º—A influência dos algodoeiros, visto que a guerra representaria para eles o completo encerramento do mercado chinês, e qualquer que fosse o resultado da guerra, certamente, o mercado continuaria fechado para eles; 2.º—A influência dos Domínios Sul-Africanos do Canadá e da Austrália, que declararam que se desinteressariam da questão chinesa. O Labour-Party do Commonwealth (***) australiano começou mesmo uma campanha contra a guerra com a China e preveniu que os trabalhadores se recusariam a carregar, para os exércitos, fôsse que barco fosse. A isto é preciso juntar a oposição, *fraca* embora, dos liberais na própria Inglaterra; a oposição *forte* das

massas trabalhadoras mais ainda que a dos seus *leaders* parlamentares; e a oposição *fortíssima* da extrema esquerda trabalhista e do pequeno grupo comunista.

A estes factores de paz, devidos à própria situação do Império Britânico, adicione-se a atitude pacífica do Japão, da América e da França. Disto resulta que a Inglaterra tem de operar sózinha. Para assim não acontecer, seria preciso que quaisquer incidentes, como assassinatos de americanos e de japoneses, por exemplo, obrigassem os governos americano e japonês a intervir contra os chineses. Sem dúvida, esses factos dar-se-ão: vai nisso o interesse da Inglaterra. Pelo que respeita à França é mais fácil o entendimento para uma acção comum: basta que a Inglaterra se ponha do lado da França no conflito franco-alemão suscitado e mantido permanentemente pelos nacionalistas alemães e franceses; e, então, a França apoiará a Inglaterra no Extremo-Oriente—simples troca de serviços que dará, de resto, excelentes interesses aos capitalistas da indústria pesada em França e na Alemanha.

A politica dos Estados Unidos, do Japão e da França na China não é, pois, um factor dum importância por aí além para a paz. E' certo que a Inglaterra terá o auxílio decidido da Itália fascista. E' uma simples questão de preço. Os capitalistas ingleses sabem, de resto, qual é o valor *real* desse auxílio, para cujo pagamento se entenderão no sentido de ser electuado por outrem e não por eles.

Do lado dos chineses sulistas, os factores pacíficos são:

1.º—Ausência de espirito militar na população chinesa;

2.º—A dificuldade de ter armamentos e munições;

3.º—A falta de capitais.

O chinês, impregnado da filosofia de Confúcio, de Lao Tsé ou do Budismo é anti-guerreiro. Considera o officio militar como o último dos officios, visto como quem o exerce é dado à destruição; e, para o chinês, só vale o produtor.

A fim de se aprovisionar de armas de toda a espécie, o Kuo-Ming-Tang deverá mandar vir esses armamentos pela Rússia e dirigir-se à U. R. S. S. quanto à fabricação deles e sua compra. Ora, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não tem bastantes fábricas para fazer esses armamentos, apesar de ter, com razão, tratado, há alguns anos, com capitalistas alemães a respeito da edificação de fábricas de armas no território soviético. Ela dispõe de poucos capitais para comprar armas a fim de as ceder em seguida ao Kuo-Ming-Tang.

Curiosos paradoxos da politica socialista

Além destes factores pacíficos britânicos e chineses, há a politica dos partidos socialistas e comunistas de todo o mundo—politica oposta à guerra.

E não é esse um dos fenómenos menos curiosos de todos estes acontecimentos.

Com efeito: os únicos beneficiados de uma guerra, seriam os socialistas e os comunistas; porque é evidente que esta nova guerra geraria, na Europa e na Ásia, repúblicas mais ou menos socialistas.

E, não obstante, estes partidos propagandei, sem cessar, em favor da paz.

Vêm-se obrigados a fazer uma politica em contradição com a rápida realização dos seus objectivos, a fim de atrair a si as massas humanas, opostas à guerra em todos os países.

E' por uma razão da mesma natureza, que a U. R. S. S. tem de afectar uma politica de paz. E' obrigada, pela sua propaganda anti-capitalista, a mostrar que o capitalismo engendra necessariamente a guerra e que a mesma República Socialista, só tem propósitos de paz. Orienta esta politica de aparência pacifica, com tal habilidade que *Le Temps* se deixa cair nela.

Tendo lido nos *Vestnik*, com a assinatura de Radék, que a U. R. S. S. oferece os seus bons serviços à Inglaterra para actuar junto de Kuo-Ming-Tang no sentido de um entendimento anglo-chinês, *Le Temps* clamou vitória, imaginando que tal facto era uma confissão de fraqueza da U. R. S. S. ao desejar acima de tudo entender-se com o capitalismo britânico, que ingenua candeária! Esta oferta fez-se porque a U. R. S. S. sabe perfeitamente que ela será recusada. Seria para a Inglaterra descer do seu pedestal recorrer aos bons officios da sua inimiga, a Revolução Russa.

A oferta será recusada; mas a U. R. S. S. ganhará interna e externamente com a sua politica de paz. Poderá dizer: «Ofereci o ramo de oliveira; a Inglaterra Imperialista regeitou-o. Ofereci a paz; o capitalismo ocidental repeliu-a. Sois vós, capitalistas, e não nós, socialistas, quem quere a guerra». E assim falando, ela dirá a verdade, referente à politica britânica.

Quando se encara a importância relativa destes factores pró ou contra a guerra do Império Britânico com a Revolução Chinesa, é-se levado a constatar que os factores de guerra se mostram muitissimo mais poderosos que os factores de paz. Assim, pois, segundo todas as probabilidades, a guerra estalará.

Não creio que a oposição operária na Grã-Bretanha seja bastante forte para impedir o capitalismo britânico de executar o seu plano imperialista.

A guerra no Oriente não dará a vitória ao imperialismo do Ocidente

Ora a guerra no Extremo-Oriente, em pleno território chinês, ainda mesmo que os exércitos e frotas britânicas sejam apoiados pelas frotas e exércitos italianos e, em seguida, pelas frotas e exércitos internacionais, não pode dar resultado nenhum satisfatório aos dirigentes britânicos. Passou já o tempo das expedições militares em que alguns milhares de homens venciam e civilizavam o povo chinês, como o fizeram os Ocidentais no século XIX e na aurora deste. Enviar centenas de milhares e, a fortiore, milhões de soldados, é coisa impossível. E sendo possível, seria inútil: porque se não vence uma nação de 400 milhões de indivíduos, não querem ser subjugados. Destruir-se-iam cidades; acumular-se-iam rui-

nas; amontoar-se-iam cadáveres sobre cadáveres.

E depois? Pois bem, o comércio inglês encontrar-se-ia perante um *boycotte* geral e a industria inglesa teria de suportar greves incessantes.

Vistas bem as cousas, parece-me que o próprio Ocidente com o Japão é absolutamente impotente diante da China em revolta. Não a pode atingir senão no litoral; e isso mesmo, apenas momentaneamente. De resto, o Japão não marchará com o Ocidente capitalista, por vários motivos: seus interesses económicos; sua situação politica interior; a fermentação democrática e socialista-comunista que se agita em seu seio.

E depois, a guerra da Inglaterra contra o Kuo-Ming-Tang transformaria este em Campeão do Nacionalismo chinês e faria que se realizasse a frente única chinesa contra os estrangeiros. Já podemos mesmo descorinar o seu próximo. A vitória dos ocidentais antolha-se-nos, assim, mais impossível ainda. E se o Kuo-Ming-Tang sair vitorioso, as repercussões desse facto serão gigantescas, não sómente na Ásia, mas ainda na América e na Europa. A U. R. S. S. seria realmente quem triunfaria, porque o capitalismo inglês receberia, com a própria derrota, um tal golpe que a sua destruição seria apenas uma questão de meses.

O capitalismo inglês tem, pois, interesse em transformar a sua luta contra a Revolução chinesa em uma luta contra a Revolução Russa que é a mãe e a alimentadora da Revolução Chinesa. Tem interesse sob todos os pontos de vista: alianças, mercenárias, regiões onde se faria a guerra, etc.

Porisso, resultam da situação no Extremo-Oriente, grandes possibilidades de ser transferida a luta para o Próximo-Oriente.

E, então, toda a Europa seria envolvida, porque se combateria desde o Mar Branco ao Golfo Pérsico. Seria a guerra da Reacção contra a Revolução.

O resultado não oferece dúvidas: a Revolução triunfaria.

Mas seria obtido à custa de muito sangue, de muitas ruínas e muitas lágrimas em consequência da teimosia estúpida do capitalismo mundial; e especialmente do capitalismo britânico.

Augustus Hammon

N. da R.—Esta crónica está em nosso poder há muito tempo. Os acontecimentos post-revolução ultimamente sucedidos em Portugal impediram-nos de a dar à estampa em devido tempo; mas não perdeu a oportunidade. O que se passa na China confirma já alguma cousa do que foi previsto nesta crónica e o futuro dirá se o lúcido e eminente sociólogo errou no que falta ainda verificar.

A xenofobia exasperada

Alastra incessantemente o ódio dos estrangeiros

A situação dos estrangeiros em toda a China subleuada não melhora, a pesar-de uma aparente calma em Xangai, Cantão e outros centros. Se bem que o nacionalismo chinês não poupe nenhum estrangeiro à sua fúria, são os ingleses os mais combatidos, odiados e perseguidos.

O ódio dos ingleses produz-se como em momentos de extraordinário pânico. Um contra-torpedeiro americano recolheu a bordo, só em Xangai, 400 subditos de Inglaterra. Estes vinham já foragidos do interior do país, corridos à pedrada pelas populações da margem do Yan-Tsé.

A-pretexito dos acontecimentos de Nanquim, o governo de Londres pretende arrastar todas as notícias a uma acção comum. O argumento britânico é que os ateados em Nanquim visaram os cidadãos de várias nações e, portanto, todas as potências moralmente atingidas devem concertar as medidas a praticar.

E' nas cidades de Hanke e Nanquim que o ódio ao estrangeiro mais refinado se mostra. Os consules ordenam a rápida evacuação dos seus naturais, ao mesmo tempo que também preparam a sua retirada. Assim, os subditos do imperialismo britânico fogem de Xangai, Xunghin, Hanke e Schang.

Em Hanke, todos os bancos estrangeiros têm fechado, tendo os negocios paralisado completamente. As outras colonias de estrangeiros são mais poupadas, porém, a sua situação não deixa de ser inquietadora.

Os alemães estão protegidos pela intervenção dos norte-americanos. Os franceses não têm sido deveras incomodados. Os americanos abandonam quasi todas as cidades.

Entretanto, os preparativos de guerra continuam febrilmente em Xangai, embora os diplomatas do Ocidente continuem aguardando, fingindo desprezá-la, a melhor oportunidade para negociar.

Permanentes do bombardeamento de Nanquim

Uma correspondência de Xangai, com data de 2 de Março último, informa-nos que o bombardeamento de Nanquim foi um acto odioso da parcialidade estrangeira.

O almirante norte-americano Williams quis com esse bombardeamento justificar de qualquer modo as medidas estratégicas que resolvera pôr em pratica. Sobre Nanquim, ocupada pelos cantoneses, foram despejadas 500 toneladas de metralha.

Os objectivos do bombardeamento foram abrir brecha nas formações militares dos nacionalistas chineses, a fim de facilitar a saída dos estrangeiros e, também, dos restos da guarnição nordista. Assim, os navios estrangeiros bombardearam ambas as margens do Yan-Tsé, destruindo a cidade de Dukow, que fica na margem esquerda, e quasi arrasando Nanquim, que fica na margem direita. A offensiva atingiu os cantoneses, pois, o bombardeamento protegeu a retirada das tropas de Changtung para o norte.

Ver mais noticiário na 2.ª página.

AS CASAS DE "PREGO"

Os mutuários não devem intimidar-se com a ameaça da venda imediata dos objectos que não forem resgatados

Uma carta que nos fala das intenções dos "honrados" penhoristas

Os nossos artigos sobre os penhoristas deram motivo a largos aplausos dos leitores de «A Batalha». As dificuldades da vida colocaram os que vivem de um trabalho probo numa situação de miséria de que o prestamista é o último recurso.

Mas não só cartas de aplauso estão sobre a nossa banca de trabalho. Entre essas missivas há alguns protestos dos pobres penhoristas, feitos de frases agressivas e numa linguagem de viela. Não estranhemos, nem isso nos intimida.

Tracamos um caminho e por ele seguiremos mesmo que para isso tenhamos que vencer grandes obstáculos.

Há, porém, entre esses protestos um a que vamos fazer referência, embora se acoberte no anonimato. Está assinado por *Um penhorista* e contém frases, na verdade, dignas de se trasladarem para as nossas colunas. Principia assim esse documento:

«Li com interesse e curiosidade os artigos ontem e hoje publicados na *Batalha*. Sou prestamista, como poderia ser mercieiro, sapateiro ou qualquer outra coisa, o caso era ter começado por isso. As afirmações neles contidas são umas verdadeiras, outras não, o que, porém, todas traduzem é o rancor que v. ex.ª tem a estas casas...»

A seguir, o signatário diz que os penhoristas não são mais humanitários para com os mutuários porque estão sobrecarregados com grandes impostos, etc., etc...

Abraçamos um parêntesis para comentar esta passagem. Em indivíduos com uma elevada noção da vida, como nós, não existem rancores seja contra quem for.

O nosso ataque contra essas casas de ignóbil exploração reflecte apenas o protesto da legião de vítimas que durante muitos anos tem sido vilmente explorada por essa cãfila de sanguessugas. De resto, não nos parece que na população haja quem veja com bons olhos essas casas, designadas em gíria indigena por *Invejoso*, sem que, todavia, exista rancor dessas vítimas. Rancor só existe em pessoas que vivem da miséria humana; em quem não é sensível com as dores alheias. Mas vamos ao resto da carta:

«Não é a taxa de juro o factor principal, mas todas as mais disposições do regulamento que nos coibem de continuar a fazer empréstimos, porque de um momento para o outro estamos na contingencia de ver entrar na nossa casa um sujeito qualquer mandado da Caixa Geral de Depósitos para nos fazer a liquidação ao estabelecimento e termos ainda que lhe pagar.»

O leitor certamente já notou o dedo do gigante. Afinal, não é a taxa de juro a causa do protesto dos prestamistas, embora ela seja o pretexto invocado para não se eleituarem transações.

A liberdade do roubo é o principio defendido por esses cavalheiros. O signatário deste documento é o primeiro a afirmá-lo tanto no que acima se lê como no que o leitor vai passar a conhecer:

«A limitação dos juros a uma taxa mínima—lêse na referida carta—impunha-se, na verdade, pois é só este o ponto que podia interessar tanto aos prestamistas como aos mutuários...»

Se não é a limitação dos juros a uma taxa mínima o pómo de toda a discórdia, porque se combate ostensivamente os pobres mutuários, levando-os a um estado de desespero e de aflicção?

Senhores prestamistas: tenham, pelo menos, a nobre e altiva coragem de proclamar que não aceitam o regulamento sobre casas de penhores porque é de um entrave ao roubo e a fraude que durante muitos anos praticaram. E apesar do nosso correspondente deixar transparecer na sua carta esta triste verdade ainda na mesma se encontra outra afirmação que vale bem ser conhecida:

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«A maioria dos componentes desta classe são pessoas de cuja honradez não é licito duvidar...»

E' preciso ter tapete para proclamar honradez depois de se demonstrar que aos penhoristas só convem a liberdade de exploração!

A carta a que nos estamos referindo termina com esta frase:

V. Ex.ª pode dizer aos seus leitores que se não apouquem com os avisos da venda breve, pois nenhuma casa vende objecto algum que não deva mais de três meses...»

Prova-se, com esta frase, que a atitude dos penhoristas só visa um propósito: obrigarem os mutuários a rebelarem-se contra o regulamento, a fim-de proporcionar-lhes ambiente aos seus torvos desígnios.

Mas enquanto nós tivermos um sópro de vida não o conseguiremos. Nada há a temer das aruações dos penhoristas.

Os objectos empenhados, como diz o nosso correspondente, só poderão ser leiloados após três meses da falta de pagamento de juros.

E deixem ladrar os cães que a caravana passará...

Um importante comunicado da Caixa Geral de Depósitos

A Caixa Geral de Depósitos pede-nos a publicação do seguinte comunicado:

«A propósito de noticias publicadas nos jornais referentes à atitude que tomaram as casas particulares de empréstimos sobre penhores, suspendendo as suas operações por não quererem sujeitar-se às formalidades prescritas pelo Regulamento da respectiva industria, aprovado pelo Decreto n.º 13.333, de 25 do mês findo, chama-se a atenção do público para o facto de o encerramento voluntário desses estabelecimentos estar sujeito nos termos do art. 35 do mesmo Regulamento à publicação de avisos, para que no prazo de três meses os mutuários resgatem os seus penhores, sob pena de se proceder à sua venda em leilão, salvo nos que já se encontrem em atraso legal de juros.»

Não têm por esse motivo direito algum os prestamistas de impor a liquidação imediata dos contratos nas referidas condições.

Previdentemente estabelece o art. 37 que os prestamistas que deixem de fazer transações são obrigados a mostrar os penhores aos portadores das cautelas para facilitar-lhes a sua passagem para as casas de penhores que continuem a funcionar.

Assim, as pessoas que tenham cautelas de penhores de empréstimos efectuados nas casas que suspenderam as operações podem apresentar as suas cautelas na Sede da Casa de Crédito Popular—Largo do Calhariz, para se proceder à passagem dos respectivos penhores dessas casas para as Agências da mesma Casa de Crédito Popular.

Dessas cautelas ser-lhes-ha passado recibo e depois de avaliados os penhores far-se-ão os contratos pelo justo valor dos objectos, desde que os mutuários entreguem as diferenças que sejam necessárias para o pagamento de juros em divida ou do valor dos empréstimos.

A Casa de Crédito Popular tem Agências que funcionam nos seguintes locais:

Sede—Rua da Rosa, 3; Agências N.º 1—Travessa da Alameda, 1 (Ao Beato); 2—Calçada da Estrela, 36; 3—Rua Campo de Ourique, 49; 5—Rua Henriques Nogueira (junto à Câmara Municipal); 6—Travessa da Queimada, 16; 13—Rua Pascoal de Melo, 71; 18—Calçada dos Cavaleiros, 119; 5.º—19—Travessa das Monicas, 22-1.º; 20—Rua Prior do Crato (Alcantara); 25—Largo dos Jerónimos, 74.

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

«...»

</